

**Paulo Cezar Pinheiro Carneiro**

**O Novo  
PROCESSO CIVIL  
BRASILEIRO**

Exposição sistemática do processo: de conhecimento;  
nos tribunais; de execução; da tutela provisória

*Prefácio de*  
Cândido Rangel Dinamarco



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
- Nas obras em que há material suplementar *on-line*, o acesso a esse material será disponibilizado somente durante a vigência da respectiva edição. Não obstante, a editora poderá franquear o acesso a ele por mais uma edição.
- Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2019 by

**EDITORA FORENSE LTDA.**

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- Capa: Aurélio Corrêa
- Data de fechamento: 14.08.2019

- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

C29n

Carneiro, Paulo Cezar Pinheiro

O novo processo civil brasileiro / Paulo Cezar Pinheiro Carneiro. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2019.

ISBN 978-85-309-8755-8

1. Processo civil – Brasil. 2. Direito processual civil – Brasil. I. Título.

19-58809

CDU: 347.91/95(81)

Vanessa Mafra Xavier Salgado – Bibliotecária – CRB-7/6644

1157313

## SUMÁRIO

---

<b>PARTE I – PROCESSO DE CONHECIMENTO E DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo 1 – Introdução .....</b>	<b>3</b>
<b>Capítulo 2 – Procedimentos Comum e Especial. Noções Gerais.....</b>	<b>5</b>
2.1. Procedimento Comum. Generalidades .....	5
2.2. Procedimento Comum. Etapas .....	6
2.3. Dos Procedimentos Especiais.....	7
2.4. Dos Procedimentos de Jurisdição Voluntária.....	8
2.5. Procedimentos Extrajudiciais .....	9
2.6. Procedimento Recursal no Grau Superior .....	10
2.7. Convenção das Partes sobre o Procedimento .....	11
<b>Capítulo 3 – Procedimento Comum. Fase Postulatória.....</b>	<b>13</b>
3.1. Petição Inicial. Requisitos .....	13
3.2. O Pedido .....	13
3.2.1. Tipos de Pedido.....	14
3.2.2. Cumulação de Pedidos.....	15
3.2.3. Requisitos da Cumulação.....	16
3.2.4. Modificações do Pedido.....	16
3.3. Da Causa de Pedir.....	17
3.3.1. Cumulação de Causas de Pedir .....	18
3.3.2. Modificação da Causa de Pedir.....	19
3.4. Valor da Causa .....	19
3.4.1. Importância do Valor da Causa.....	20

3.5. Provas .....	21
3.6. Audiência de Conciliação .....	21
3.7. Procuração .....	21
<b>Capítulo 4 – Da Distribuição da Petição Inicial</b> .....	<b>23</b>
<b>Capítulo 5 – Decisões do Juiz sobre a Petição Inicial</b> .....	<b>25</b>
5.1. Noções Gerais .....	25
5.2. Emenda da Petição Inicial .....	25
5.3. Indeferimento da Petição Inicial .....	26
5.4. Improcedência Liminar do Pedido .....	27
5.5. Decisão Liminar Positiva .....	27
<b>Capítulo 6 – Citação do Réu</b> .....	<b>29</b>
6.1. Conceito .....	29
6.2. Nulidade da Citação .....	29
6.3. Efeitos da Citação .....	30
6.4. Destinatários, Lugar e Impedimentos à Citação .....	31
6.5. Modos de Realização da Citação .....	31
<b>Capítulo 7 – Intimações</b> .....	<b>35</b>
<b>Capítulo 8 – Audiência de Conciliação ou de Mediação</b> .....	<b>37</b>
<b>Capítulo 9 – Contestação</b> .....	<b>39</b>
9.1. Generalidades .....	39
9.2. Prazos para Apresentação da Contestação .....	40
9.3. Temas para a Defesa .....	41
<b>Capítulo 10 – Reconvenção</b> .....	<b>43</b>
<b>Capítulo 11 – Da Revelia e do Reconhecimento do Pedido</b> .....	<b>45</b>
<b>Capítulo 12 – Providências Preliminares</b> .....	<b>47</b>
12.1. Alegações do Réu .....	47
12.2. Possíveis Medidas do Juiz .....	48
<b>Capítulo 13 – Decisão de Saneamento</b> .....	<b>51</b>
<b>Capítulo 14 – Da Atividade Probatória em Geral</b> .....	<b>53</b>
14.1. Noções Introdutórias .....	53
14.2. Disposições Gerais .....	54
14.3. Da Produção Antecipada da Prova .....	54
<b>Capítulo 15 – Das Provas em Espécie</b> .....	<b>55</b>
15.1. Da Ata Notarial .....	55
15.2. Depoimento Pessoal da Parte .....	55
15.3. Confissão .....	56
15.4. Exibição de Documento ou Coisa .....	56

15.5. Prova Documental .....	58
15.5.1. Da Arguição de Falsidade .....	59
15.6. Prova Testemunhal.....	59
15.6.1. Noções Introdutórias.....	59
15.6.2. Da Produção da Prova Testemunhal .....	60
15.7. Prova Pericial.....	60
15.8. Inspeção Judicial.....	63
<b>Capítulo 16 – Audiência de Instrução e Julgamento .....</b>	<b>65</b>
16.1. Introdução .....	65
16.2. Características.....	65
16.3. Casos de Antecipação e de Adiamento .....	66
16.4. Início da Audiência. Tentativa de Conciliação .....	67
16.5. Produção das Provas.....	67
16.5.1. Depoimento dos Peritos e dos Assistentes Técnicos.....	67
16.5.2. Depoimento Pessoal das Partes.....	68
16.5.3. Depoimento das Testemunhas.....	68
<b>Capítulo 17 – Sentença .....</b>	<b>69</b>
17.1. Noções Gerais.....	69
17.2. Elementos .....	70
17.3. Fatos Supervenientes .....	71
17.4. Efeitos.....	71
17.5. Remessa Necessária.....	72
<b>Capítulo 18 – Recursos.....</b>	<b>73</b>
18.1. Finalidades. Classificação. Recurso Adesivo .....	73
18.2. Requisitos para o Juízo de Admissibilidade e de Mérito.....	74
18.2.1. Introdução .....	74
18.2.2. Juízo de Admissibilidade. Controle .....	75
18.2.3. Classificação .....	75
18.2.4. Requisitos.....	76
18.2.5. Juízo de Mérito. Efeitos e Competência .....	79
18.3. Efeitos da Interposição do Recurso .....	80
18.3.1. Obstar o Trânsito em Julgado .....	80
18.3.2. Suspensivo .....	81
18.3.3. Devolutivo .....	81
18.3.4. Subjetivo .....	82
18.4. Desistência do Recurso.....	83
18.5. Procedimento dos Recursos nos Tribunais .....	84
18.5.1. Panorama Geral. Julgamento .....	84
18.5.2. Continuação de Julgamento Não Unânime.....	85
18.5.3. Do Relator. Prevenção. Poderes e Deveres.....	86
18.6. Recursos em Espécie. Generalidades .....	87

18.7.	Apelação.....	88
18.7.1.	Cabimento.....	88
18.7.2.	Interposição. Procedimento.....	89
18.7.3.	Efeitos.....	89
18.7.4.	Admissibilidade. Julgamento.....	91
18.8.	Agravo de Instrumento.....	91
18.8.1.	Cabimento.....	91
18.8.2.	Interposição. Procedimento.....	95
18.8.3.	Efeitos.....	96
18.8.4.	Admissibilidade e Julgamento.....	97
18.9.	Agravo Interno.....	97
18.9.1.	Cabimento. Efeitos.....	97
18.9.2.	Interposição. Procedimento. Admissibilidade. Julgamento.....	98
18.10.	Embargos de Declaração.....	99
18.10.1.	Cabimento.....	99
18.10.2.	Interposição. Procedimento.....	100
18.10.3.	Efeitos.....	100
18.10.4.	Admissibilidade e Julgamento.....	101
18.11.	Recurso Ordinário.....	102
18.11.1.	Cabimento.....	102
18.11.2.	Interposição. Procedimento.....	103
18.11.3.	Efeitos. Admissibilidade. Julgamento. Fungibilidade.....	103
18.12.	Recurso Extraordinário e Especial.....	104
18.12.1.	Cabimento.....	104
18.12.2.	Interposição.....	105
18.12.3.	Procedimento Comum dos Recursos Extraordinário e Especial no Tribunal Recorrido. Juízo de Admissibilidade.....	106
18.12.4.	Efeitos.....	107
18.12.5.	Procedimento no Supremo Tribunal Federal. Repercussão Geral. Julgamento.....	108
18.12.6.	Procedimento e Julgamento no Superior Tribunal de Justiça.....	110
18.12.7.	Interposição Conjunta de Recurso Extraordinário e Recurso Especial.....	110
18.12.8.	Fungibilidade entre os Recursos Extraordinário e Especial.....	111
18.13.	Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos.....	111
18.13.1.	Cabimento. Seleção dos Recursos Pilotos.....	111
18.13.2.	Suspensão dos Processos em Curso. Pedido de Distinção.....	111
18.13.3.	Afetação: Procedimento e Julgamento.....	112
18.13.4.	Vinculação dos Efeitos da Decisão. Reclamação.....	114
18.14.	Alteração da Tese Jurídica. Modulação de Efeitos.....	115
18.14.1.	Cabimento, Legitimidade e Procedimento.....	115
18.14.2.	Modulação de Efeitos.....	116

18.15. Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário.....	118
18.15.1. Cabimento.....	118
18.15.2. Procedimento. Julgamento.....	118
18.15.3. Aplicação do Regime de Repercussão Geral e de Recursos Repetitivos .....	119
18.16. Embargos de Divergência.....	119
18.16.1. Cabimento. Efeitos.....	119
18.16.2. Interposição. Procedimento.....	120
<b>Capítulo 19 – Dos Incidentes de Competência Originária dos Tribunais .....</b>	<b>121</b>
19.1. Do Incidente de Assunção de Competência.....	121
19.1.1. Cabimento. Procedimento e Julgamento.....	121
19.2. Do Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade.....	122
19.2.1. Noções Gerais. Cabimento. Competência .....	122
19.2.2. Procedimento no Pleno ou no Órgão Especial.....	123
19.3. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas .....	124
19.3.1. Noções Gerais. Cabimento.....	124
19.3.2. Instauração. Competência .....	125
19.3.3. Procedimento. Suspensão. Distinção. Julgamento.....	126
19.3.4. Vinculação dos Efeitos da Decisão. Reclamação. Revisão da Tese .....	127
19.3.5. Recurso .....	127
<b>Capítulo 20 – Liquidação de Sentença.....</b>	<b>129</b>
20.1. Generalidades. Cabimento.....	129
20.2. Tipos. Procedimento .....	130
<b>Capítulo 21 – Cumprimento de Sentença.....</b>	<b>133</b>
21.1. Disposições Gerais. Legitimidade. Competência.....	133
<b>Capítulo 22 – Cumprimento Provisório da Sentença que Reconhece a Exigibilidade de Obrigação de Pagar Quantia .....</b>	<b>137</b>
22.1. Cabimento. Procedimento .....	137
<b>Capítulo 23 – Cumprimento Definitivo da Sentença que Reconhece a Exigibilidade de Obrigação de Pagar Quantia Certa .....</b>	<b>139</b>
23.1. Regulamentação.....	139
23.2. Procedimento .....	139
23.3. Comparecimento Espontâneo do Executado a Juízo para Cumprir a Sentença.....	141
<b>Capítulo 24 – Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos ....</b>	<b>143</b>
24.1. Procedimento .....	143

<b>Capítulo 25 – Cumprimento de Sentença de Pagar Quantia Certa em Face da Fazenda Pública</b> .....	145
25.1. Procedimento.....	145
<b>Capítulo 26 – Cumprimento de Sentença de Obrigação de Fazer e de Não Fazer..</b>	147
26.1. Procedimento.....	147
<b>Capítulo 27 – Obrigações de Emitir Declaração de Vontade</b> .....	149
<b>Capítulo 28 – Cumprimento de Sentença de Obrigação de Entregar Coisa Certa</b> ....	151
28.1. Procedimento.....	151
<b>Capítulo 29 – Execução de Obrigação Alternativa</b> .....	153
<b>PARTE II – PROCESSO DE EXECUÇÃO</b> .....	155
<b>Capítulo 30 – Introdução. Regulamentação</b> .....	157
<b>Capítulo 31 – Disposições Gerais</b> .....	159
31.1. Poderes do Juiz. Atos Atentatórios à Dignidade da Justiça.....	159
31.2. Cumulação de Execuções. Desistência.....	160
31.3. Partes .....	160
31.4. Competência.....	161
<b>Capítulo 32 – Títulos Executivos</b> .....	163
32.1. Generalidades .....	163
32.2. Títulos Executivos Extrajudiciais.....	164
<b>Capítulo 33 – Responsabilidade Patrimonial</b> .....	167
33.1. Dos Bens Sujeitos à Execução.....	167
33.2. Desconsideração da Personalidade Jurídica .....	170
33.2.1. Generalidades.....	170
33.2.2. Procedimento .....	171
<b>Capítulo 34 – Das Diversas Espécies de Execução. Disposições Gerais</b> .....	173
34.1. Petição Inicial da Execução por Título Extrajudicial. Disposições Gerais.....	173
34.2. Procedimentos. Defesa. Recursos.....	174
<b>Capítulo 35 – Execução para Entrega de Coisa Certa</b> .....	177
<b>Capítulo 36 – Execução para Entrega de Coisa Incerta</b> .....	181
<b>Capítulo 37 – Da Execução das Obrigações de Fazer</b> .....	183
<b>Capítulo 38 – Da Execução das Obrigações de Não Fazer</b> .....	185
<b>Capítulo 39 – Execução por Quantia Certa. Devedor Solvente</b> .....	187
39.1. Introdução.....	187
39.2. Petição Inicial .....	188



39.3.	Averbação da Execução em Registros Públicos .....	188
39.4.	Possíveis Atitudes do Executado, Após a Citação.....	189
39.5.	Penhora. Conceito. Objeto. Limites.....	189
39.6.	Bens Impenhoráveis. Espécies.....	189
39.6.1.	Bens Absolutamente Impenhoráveis.....	190
39.6.2.	Bens Relativamente Impenhoráveis.....	191
39.7.	Ordem de Preferência para a Penhora .....	191
39.8.	Da Penhora de Dinheiro em Depósito ou em Aplicação Financeira .....	192
39.9.	Da Penhora de Créditos e de Outros Direitos.....	193
39.10.	Penhora das Quotas ou Ações de Sociedades Personificadas.....	194
39.11.	Da Penhora de Empresa, de Outros Estabelecimentos e de Semoventes ...	194
39.12.	Da Penhora de Percentual de Faturamento de Empresa .....	195
39.13.	Da Penhora de Frutos e Rendimentos de Coisa Móvel ou Imóvel.....	195
39.14.	Do Procedimento da Penhora: Realização, Documentação, Apreensão, Depósito, Intimação e Averbação .....	196
39.15.	Das Modificações da Penhora: Substituição, Desistência, Redução, Ampliação, Segunda Penhora. Procedimento.....	197
39.16.	Avaliação .....	199
39.17.	Expropriação de Bens.....	201
39.17.1.	Generalidades.....	201
39.17.2.	Da Adjudicação.....	202
39.17.3.	Da Alienação por Iniciativa Particular.....	204
39.17.4.	Da Alienação Judicial .....	206
39.17.5.	Efeitos da Alienação .....	211
39.17.6.	Remição .....	211
39.17.7.	Satisfação do Crédito. Pagamento ao Credor .....	212
39.17.8.	Concurso de Credores.....	212
<b>Capítulo 40</b>	<b>– Execução contra a Fazenda Pública.....</b>	<b>215</b>
<b>Capítulo 41</b>	<b>– Execução de Alimentos .....</b>	<b>217</b>
<b>Capítulo 42</b>	<b>– Embargos à Execução .....</b>	<b>219</b>
42.1.	Generalidades .....	219
42.2.	Prazo e Petição Inicial .....	220
42.2.1.	Reconhecimento da Dívida. Direito ao Parcelamento .....	220
42.3.	Competência .....	221
42.4.	Impedimento ou Suspeição do Juiz .....	222
42.5.	Fundamentos dos Embargos .....	222
42.6.	Procedimento.....	223
42.6.1.	Distribuição. Rejeição Liminar.....	223
42.6.2.	Efeitos .....	224
42.6.3.	Contestação. Julgamento. Recurso .....	225

<b>Capítulo 43 – Suspensão e Extinção do Processo de Execução .....</b>	<b>227</b>
43.1. Suspensão da Execução .....	227
43.2. Extinção da Execução.....	228
43.2.1. Extinção com o Julgamento do Mérito .....	228
43.2.2. Extinção sem o Julgamento do Mérito.....	228
<b>PARTE III – TUTELA PROVISÓRIA .....</b>	<b>231</b>
<b>Capítulo 44 – Tutela Provisória .....</b>	<b>233</b>
44.1. Introdução .....	233
44.2. Características: Provisoriedade, Cognição Sumária, Acessoriedade, Fungibilidade e Adequação da Medida ao Caso Concreto .....	234
44.3. Espécies e Requisitos.....	234
44.4. Custas. Competência .....	235
44.5. Estabilização da Tutela .....	236
44.6. Revogação e Modificação da Tutela.....	237
44.7. Ressarcimento de Danos.....	238
44.8. Decisões. Recursos .....	239
44.9. Tutela de Urgência. Disposições Gerais. Irreversibilidade da Tutela.....	239
44.10. Procedimento da Tutela Antecipada Requerida em Caráter Antecedente ..	240
44.11. Procedimento de Tutela Cautelar Requerida em Caráter Antecedente.....	241
44.12. Tutela da Evidência .....	242
<b>Capítulo 45 – Tutela Provisória em face da Fazenda Pública .....</b>	<b>245</b>
<b>ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO .....</b>	<b>247</b>